

2.4.1. O extrato do instrumento convocatório continha, pelo menos, “a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, o endereço onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que a licitação, na forma eletrônica, será realizada por meio da internet” (art. 14, §2º, do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)?	S	1697;
2.5. A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação (art. 14, II, do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)? OBS: “considera-se jornal de grande circulação os periódicos físicos, e, também, aqueles exclusivamente eletrônicos, desde que disponibilizados ao público em geral”.	S	1697;
2.5.1. O extrato do instrumento convocatório continha, pelo menos, “a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, o endereço onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que a licitação, na forma eletrônica, será realizada por meio da internet” (art. 14, §2º, do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)?	S	1697;
2.6. No caso de aquisição de BENS, que adote o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto, foi observado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de propostas e lances, contado a partir da data do último ato de divulgação do edital entre os meios indicados nos subitens 2.3 a 2.5 (art. 18 do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)?	S	1697;
2.7. No caso de contratação de SERVIÇOS COMUNS, que adote o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto, foi observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de propostas e lances, contado a partir da data do último ato de divulgação do edital entre os meios indicados nos subitens 2.3 a 2.5 (art. 18 do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)?	N.A	-
2.8. O prazo dos subitens 2.6 ou 2.7 foi contado a partir da data do último ato de divulgação do edital entre os meios indicados nos subitens 2.3 a 2.5 (art. 18, §2º, do Decreto Estadual n.º 16.118/2023)?	S	1697;
2.9. Depois da publicação do aviso houve alguma modificação do edital?	N	-



último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação?		
3.11.1. A licitante apresentou a proposta adequada ao último lance ofertado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) na forma prevista no edital?	N.A	-
3.12. A amostra/prova de conceito foi exigida em relação ao vencedor após a etapa de lances?	N	-
3.12.1. Na hipótese de envio pelo correio/transportadora a amostra foi postada dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.2. Na hipótese de entrega da amostra no endereço indicado, consta o protocolo de recebimento dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.3. A análise da amostra observou os critérios definidos no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.4. Foi divulgado local e horário de realização do procedimento para avaliação das amostras?	N.A	-
3.12.5. O resultado da análise, por meio de parecer, aprovando ou desaprovando as amostras foi emitido motivadamente por servidor/comissão técnica?	N.A	-
3.12.6. O resultado da avaliação da amostra foi divulgado por meio do site www.compras.ms.gov.br e Diário Oficial do Estado?	N.A	-
3.12.7. Do resultado da análise das amostras houve interposição de recurso, com sua respectiva análise e decisão?	N.A	-
3.13. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
3.14. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para sanar alguns dos vícios sanáveis de que trata o § 4º do art. 44 do Decreto nº 16.118/2023, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
3.14.1. O licitante interessado sanou os vícios que ensejaram a necessidade de diligência?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
3.15. No caso de desclassificação de licitante, o Pregoeiro fez constar em ata os motivos da decisão e o item do edital que o ampara?	S	1754-1756; 1800-1803; 1841-1843; 1844-1845; 1898-1900; 1901-1902;



		1941-1942; 1943-1944; 3065-3067; 3072-3074; 3075-3077; 3087-3091; 3095-3099
3.16. Após o término o julgamento da proposta do licitante declarado provisoriamente vencedor, algum licitante manifestou intenção de recorrer no momento oportuno?	N	-
4. DA FASE DE HABILITAÇÃO	S/N	Fls.
4.1. Houve consulta aos cadastros oficiais (CCF e Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União - https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade (Pessoa Jurídica e 0 seu sócio majoritário)?	S	3101-3107; 3330-3334; 3548-3551; 3517-3522; 3548-3551; 4134-4141; 4142-4145; 4180-4186; 4356-4358; 4359-4362; 4385; 4607-4610; 4611-4614; 4642-4645; 4638-4641; Vide observação;
4.1.1. Feita a consulta e constatada a existência de sanção, o Pregoeiro analisou a abrangência desta e promoveu a inabilitação do licitante, se for o caso?	S	3065-3067; 3068-3070;
4.2. O pregoeiro ofereceu o prazo previsto no edital para a apresentação dos documentos de habilitação?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
4.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar encaminhou os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência, via sistema eletrônico, no prazo disposto no instrumento convocatório?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
4.4. Depois de encerrado o prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, foi permitida a juntada de documento em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei nº 14.133/2023 e o §1º do art. 53 do Decreto nº 16.118/2023? <i>OBS: Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II -</i>	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;



<p><i>atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.</i></p> <p><i>OBS: “§ 1º Para os fins previstos no caput deste artigo, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para: I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante; II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno”.</i></p>		
<p>4.4.1. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?</p>	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
<p>4.5. Para fins de habilitação, foram apresentadas as declarações exigidas em Edital? (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal)</p> <p><i>I - declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021); II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).</i></p>	S	1972; 2024; 2046; 2110; 2636; 2648; 3011; 3306; 3306; 4213; 4411;
<p>4.5. O pregoeiro promoveu a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor (inciso I do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?</p>	S	3108-3140; 3308-3324; 4146-4166; 4363-4377; 3523-3621; 4615-4630;
<p>4.6. O pregoeiro promoveu a emissão de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprovasse a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação (inciso II do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?</p>	S	3108-3140; 3308-3324; 4146-4166; 4363-4377; 3523-3621; 4615-4630;



4.6.1. Na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública, o pregoeiro registrou o ocorrido na ata de sessão pública e juntou os documentos que lhe dão suporte (§§2º e 3º do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?	S	1972; 2024; 2046; 2110; 2636; 2648; 3011; 3306; 3306; 4213; 4411;
4.6.2. Caso a emissão de novo documento tenha indicado irregularidade fiscal e trabalhista do licitante, foi declarada a sua inabilitação?	S	3065-3067; 3068- 3070;
4.7. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro registrou na ata da sessão os motivos de sua decisão?	S	3065-3067; 3068- 3070;
4.7.1. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinou a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação?	S	3065-3067; 3068- 3070;
4.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante foi declarado vencedor?	S	1916-1917; 1918- 1919; 1920-1921; 1922-1923; 1924- 1925; 1928-1929; 1932-1933; 1934- 1935; 1936-1938; 1939-1940; 1949- 1950; 3081-3083; 3084-3086; 3087- 3091; 3092-3094; 3095-3099; 4977- 4978;
4.9. Após o término o julgamento da habilitação do licitante declarado vencedor, algum licitante manifestou intenção de recorrer no momento oportuno?	N	-
5. DA FASE RECURSAL	S/N	Fls.
5.1. Na hipótese de manifestação de intenção de recorrer nas fases de julgamento e de habilitação, as razões do recurso foram apresentadas em momento único, no prazo previsto no inciso I do § 1º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada as regras do Edital? OBS: “I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em	N.A	-



face de: (...) b) julgamento das propostas; c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante”;		
OBS: “8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições: (...) II – O prazo para apresentação das razões recursais, de 3 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital)”;		
5.2. Foi observado o prazo para apresentação das contrarrazões previsto no § 4º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no instrumento convocatório?	N.A	-
OBS: “8.3. <i>Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente</i> ”.		
5.3. O pregoeiro proferiu decisão quanto a reconsideração, ou não, do ato impugnado (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?	N.A	-
5.3.1. A decisão do pregoeiro foi proferida no prazo de 3 (três) dias úteis?	N.A	-
5.3.2. Se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o pregoeiro encaminhou o recurso com a sua motivação ao Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração?	N.A	-
5.4. O Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração proferiu sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?	N.A	-
5.4.1. No caso de o Secretário-Executivo de Licitações ter solicitado auxílio do órgão de assessoramento jurídico, o prazo para decisão do recurso ficou suspenso?	N.A	-
6. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	S/N	Fls.
6.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro elaborou um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021?	S	4983-4993;



<p>OBS: “I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação”.</p>		
7. DOS DOCUMENTOS	S/N	Fls.
7.1. Com exceção do extrato do contrato e do ato de homologação, o processo está instruído com a documentação constante do art. 11 do Decreto Estadual n.º 16.118/2023?	S	001-5005;
7.1 A ata de realização do pregão eletrônico, exigida no art. 11º, VII do Decreto Estadual n. 16.118/23, consta do processo? Nela há o registro dos itens abaixo:	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.1 Dos licitantes participantes?	S	1953-1967;
7.1.2. Das propostas apresentadas?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.3. Dos avisos?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.4. Dos esclarecimentos e das impugnações?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.5. Dos lances ofertados, na ordem de classificação?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.6. Da suspensão e do reinício da sessão, se for o caso?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.7. Da aceitabilidade da proposta de preço?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.8. Da habilitação?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.9. Da decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;
7.1.10. Do resultado da licitação?	S	1727-1952; 3065-3086; 3087-3099; 4977-4978;



Cumpra esclarecer, em que pese constar nos autos as certidões do Tribunal de Contas da União – TCU, verifica-se a ausência dos documentos de Consultas aos Cadastros Oficiais – CCF's, exigidos no subitem 7.1.1 do edital, das seguintes empresas: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA e COMERCIAL T & C LTDA.

Diante do exposto, recomenda-se que as certidões citadas das empresas indicadas acima, sejam juntadas aos autos, para prover o cumprimento das regras do edital.

3.2. Ausência de Ata da Sessão Pública

Analisando os autos, constatou-se a ausência da **ata 01 do item 004.1**. Desse modo, recomenda-se a juntada do referido documento para fins de regularização processual.

3.3. Da abertura de Processo Administrativo Sancionador (PAS)

Em análise aos autos, constatou-se que a empresa **MA COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA** foi inabilitada para os itens 004.1 e 005, conforme informações obtidas na ata 5 dos referidos itens, por ausência de apresentação de certidão de regularidade fiscal (SEFAZ/MS), conforme determinação do subitem 8.2.3, inciso III, alínea b, do Termo de Referência.

É importante destacar que houve a concessão do prazo de 20 minutos estabelecido na sessão, conforme determina o subitem 4.5 do edital, entretanto, não houve qualquer manifestação por parte da empresa licitante, o que restou em sua inabilitação.

Nesse contexto, a licitante foi alertada em ata quanto a possibilidade de aplicação de penalidade através da instauração de Processo Administrativo Sancionador (PAS), com fulcro no art. 155, inciso VIII, da Lei 14.133/2021 e art. 5º do Decreto 16.189/2023, **bem como foi solicitada a apresentação de justificativas no prazo de 05 dias quanto às possíveis infrações praticadas, em cumprimento ao art. 9º, inciso I, do Decreto 16.189/2023.** Contudo, o prazo transcorreu *in albis*, sem qualquer manifestação pelas licitantes.

Portanto, observa-se que o procedimento adotado pelo pregoeiro, respaldado nos trâmites impostos no Decreto 16.189/2023 e Lei 14.133/2021, foi o correto, não subsistindo observações.

Sendo assim, a conduta adotada pela licitante em deixar de entregar a documentação exigida para o certame e não manter a proposta, se amoldam nas irregularidades indicadas no artigo 155, IV e V, bem como no artigo 5º, II do Decreto Estadual 16.189/2023.

Isto posto, e com fulcro no artigo 10, § 2º, II do Decreto 16.189/2023, no qual delimita que rejeitada a justificativa de que tratam os incisos I e II do art. 9º do Decreto, ou por analogia, não sendo apresentada a justificativa, recairá a competência para a instauração à **autoridade máxima do órgão**, remete-se a Secretária-Executiva de Licitações para que dê conhecimento dos fatos ao Secretário de Estado, para que proceda a abertura dos respectivos PAS, em face da empresa **MA COMÉRCIO DE REFRIGERACAO LTDA**.

Identificação do servidor responsável pela verificação

Órgão/unidade administrativa: Coordenadoria de Conformidade das Licitações (Cconf)

Katiane Dutra Celestino



Processo n. 77/003.806/2024

Data: 05/07/2024

Rubrica: Katiane

SAD
Secretaria de
Estado da
Administração



Direção Gerencial Especial e Assessoramento
Matrícula nº 505918021
Campo Grande/MS, 05 de julho de 2024.

Assinatura: *assinado digitalmente*

